

1ª reunião da Comissão Executiva Unificada de 2017

Data/horário: 17 de março de 2017, das 9h às 17h.

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, bloco B, 1º andar, sala CT-01.

Abertura: Everton Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas (SMCF/MMA)

Condução da reunião: Thelma Krug, Diretora do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento (DFCD/SMCF/MMA)

Elaboração da memória: Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado (DFCD/MMA)

Participantes: Lista de presença em anexo.

1. Abertura e apresentação dos pontos de pauta

- A reunião foi aberta pelo Secretário de Mudança do Clima e Florestas, Everton Lucero, que informou que o principal objetivo da reunião, conforme pauta encaminhada, seria a discussão das prioridades de implementação da nova fase dos Planos (PPCDAm e PPCerrado). Dando as boas-vindas à nova composição da Comissão para a nova fase dos Planos, apresentou a estrutura geral que será seguida nos trabalhos da Comissão. Em reuniões das 9h às 17h, na parte da manhã a realização de apresentações relevantes (uma sobre a Amazônia e uma sobre o Cerrado) e à tarde, a agenda de trabalho do governo federal.

2. Pauta

- Uma das apresentações previstas não foi realizada, em virtude de problemas de agenda do Sr. Paulo Adário. Nesse sentido, a Secretaria Executiva espera, na próxima reunião, inserir a mesma apresentação sobre a Moratória da Soja na Amazônia.

Horário	Atividade
9h	Abertura – Secretário da SMCF: Everton Lucero
9h30	Apresentação dos membros
9h40	Nova fase do PPCDAm e do PPCerrado (MMA)
10h10	Dados do DETER (INPE) e situação atual do desmatamento em campo (IBAMA)
10h30	Moratória da Soja (Paulo Adário, Greenpeace, Coordenador do Grupo de Trabalho da Soja)
10h50	Subsídios para o ordenamento territorial do Cerrado: conciliar produção de grãos e proteção ambiental (Arnaldo Carneiro, INPA)
11h10	Discussão
12h00	Almoço
14h00	Resultados esperados dos planos e proposta de agendas prioritárias para o biênio 2017-2018
14h20	Considerações da Comissão sobre as prioridades elencadas pelo MMA
16h45	Encaminhamentos
17h00	Encerramento

3. Apresentação da nova fase dos Planos e situação dos dados DETER e do desmatamento

- O DFCD/MMA fez a apresentação do contexto institucional e legal da nova fase do PPCDAm e PPCerrado, referentes ao período de 2016-2020, no intuito de nivelar o conhecimento dos Planos entre os membros da Comissão. Esta é a primeira reunião após a aprovação dos Planos pelo Grupo Permanente de Trabalho Interministerial e novas indicações de composição.
- O INPE apresentou os dados e a metodologia do DETER e informou que os dados consolidados do PRODES já estão finalizados e, em breve, serão encaminhados ao MCTIC. O INPE mencionou também que a ação orçamentária de monitoramento dos biomas brasileiros ainda não possui recursos suficientes para atender os demais biomas, mas somente a Amazônia, sendo necessário

aporte orçamentário para reduzir a dependência de recursos externos.

- O **IBAMA** apresentou dados e procedimentos acerca da fiscalização ambiental na Amazônia e no Cerrado. Ressaltou que é preciso avançar na implementação dos eixos do PPCDAm, em complemento à implementação do eixo de monitoramento e controle, em especial, o eixo de Instrumentos Normativos e Econômicos. Segundo o IBAMA, o orçamento básico para operar as ações de fiscalização no país todo seria de cerca de R\$ 83 milhões, contudo, está previsto na LOA de 2017 o valor de R\$ 65 milhões, sem contar o contingenciamento. No intuito de reforçar os recursos do Ibama, foi aprovado no Fundo Amazônia o PROFISC 1, projeto para apoiar as ações de fiscalização no valor de R\$ 56,2 milhões. No entanto, em função do teto de gastos do governo federal, a LOA limitou esse recurso extra em R\$ 16 milhões, impactando nas ações de fiscalização. Outro problema é a falta de pessoal, pois o IBAMA tem um decréscimo de 10% ao ano de sua força de trabalho, que não está sendo reposta. Segundo o IBAMA, recursos humanos é considerado um fator crítico de sucesso para a redução do desmatamento. Outra medida que está sendo avaliada pelo IBAMA é a conversão de parte da multa para recompor o dano ambiental.
- Dificuldades orçamentárias e de recursos humanos para execução de linhas de ação prioritárias dos Planos. Sobre este ponto, apresentado por diversas instituições, especialmente pelo **Ibama, INPE e SERFAL**, a Comissão decidiu que será feito levantamento da situação das linhas de ação com relação à necessidade de reforço orçamentário ou outras medidas cabíveis para não comprometer as ações de redução do desmatamento.
- O representante do **Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal**, Sr. Ronaldo Lima, sugeriu, para a próxima reunião, que os estados façam uma apresentação sobre as ações de prevenção e controle do desmatamento por parte dos órgãos estaduais, em especial os Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento.

4. Subsídios para o ordenamento territorial do Cerrado: conciliar produção de grãos e proteção ambiental (Apresentação de Arnaldo Carneiro, INPA)

- O Sr. Arnaldo apresentou dados sobre ocupação do Cerrado, à luz das áreas remanescentes, áreas passíveis de conversão (segundo o Código Florestal) e da demanda de expansão da atividade agrícola, em particular a soja. Entre os dados apresentados, destacam-se que: está em curso um intenso mercado de compra e venda de terras na área conhecida como MATOPIBA, onde se encontram os últimos remanescentes do Cerrado; em resumo, a soja tem se expandido no MATOPIBA sobre áreas remanescentes e, fora do MATOPIBA nas áreas de pastagens; há 18 milhões de hectares de pastagens atualmente disponíveis para expansão da soja; há cerca de 30 milhões de hectares de áreas com baixa aptidão agrícola no Cerrado. Esquecendo a falsa dicotomia entre conservação e produção, é possível discutir uma ocupação da soja em áreas de pastagens já abertas e negociar com o setor privado a criação de espaços protegidas em área com baixa aptidão agrícola e que são prioritárias para conservação da biodiversidade.

5. Discussão

- O **MAPA** mencionou que é necessário separar o desmatamento ilegal daquele legal. Frisou que a abordagem apresentada pelo Sr. Arnaldo é interessante no sentido de que fomenta a negociação por paisagem para uma melhor gestão.
- O **MMA** reforçou a importância de participar e discutir junto com o setor produtivo, principalmente no caso da expansão da agropecuária no Cerrado. MMA informou que, inclusive, o Grupo de Trabalho da Soja (GTS) criou, recentemente, um Subgrupo para discutir medidas para o Cerrado, mas não no formato de uma moratória.

6. Apresentação das propostas de agendas prioritárias

- O **MMA** apresentou para discussão um conjunto de agendas prioritárias para a Comissão. Os temas apresentados, em linhas gerais, como prioritários: municípios prioritários, gestão florestal, unidades de conservação, regularização fundiária, manejo florestal sustentável, rastreabilidade de cadeias produtivas, crédito e compras públicas. A proposta era justamente avaliar a criação de Câmaras Temáticas, conforme previsto na governança dos Planos, para discutir mais profundamente estes temas. Diante das propostas, os membros se manifestaram:
- A **SERFAL** apresentou o problema da continuidade da agenda de regularização fundiária, tendo em vista a alteração realizada pela MP nº 759/2016 (alterando a Lei do Terra Legal, Lei nº 11.952/2009), transferindo permanentemente do INCRA para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República a competência da regularização fundiária. A transferência de competência foi realizada sem contrapartida de estrutura e pessoal, já que hoje, na SERFAL, há poucos servidores efetivos cedidos pelo INCRA. A maioria da força de trabalho é formada por contratos temporários, terceirizados e consultores. A **SERFAL** também comentou sobre ACT entre a Secretaria e o Ibama no intuito de aprimorar a verificação da regularidade ambiental das áreas a serem tituladas no âmbito do Programa Terra Legal.
- O **SFB** reforçou que o manejo florestal sustentável é elemento central para o combate ao desmatamento e à degradação florestal na Amazônia. E frisou a necessidade de estabelecer um número menor de prioridades, tendo em vista a complexidade dos temas.
- A **Casa Civil** mencionou que um dos gargalos principais para o financiamento do manejo florestal é a garantia de crédito, que não há. Ainda indicou a necessidade de investigar os crimes ambientais junto com crimes de outra natureza, como fiscais e previdenciários, para angariar apoio de outros setores.
- Foi deliberada a **criação de três Câmaras Temáticas**, com a seguinte composição, que deverão se reunir no ínterim até a próxima reunião da Comissão (a realizar-se no dia 16 de maio de 2017) para definir um plano de trabalho, contendo minimamente um cronograma e um levantamento das atividades a serem desenvolvidas:

Câmaras Temáticas	Composição
Unidades de Conservação (Coord. DAP/MMA e ICMBio)	CC/PR, Estados, SERFAL, GSI/PR, Embrapa Cerrados, MAPA
Fiscalização Ambiental (Coord. Ibama)	INPE, CC/PR, CENSIPAM/MD, Estados, DPF, GSI/PR, ICMBio, INCRA
Manejo e controle florestal (Coord. SFB e DFCD)	INPE, INCRA, CONAB, CC/PR, Estados, Embrapa Florestas (a confirmar), MAPA, Ibama, MCTIC, MF, MDSA, SEAD/CC/PR, ICMBio

7. Encaminhamentos/decisões

Encaminhamentos/decisões	Responsável	Data
1. Criação de três Câmaras Temáticas <ul style="list-style-type: none"> ○ Unidades de Conservação ○ Manejo e Controle Florestal ○ Fiscalização 	Coordenadores das CTs	As Câmaras se reúnem nos próximos 30 dias, com o objetivo de apresentar um Plano de Trabalho à Comissão na próxima reunião (16/05/2017)
2. Reunião do MPDG com o setor de compras públicas: prospecção de agenda	Raquel Alves (MPDG)	16/05/2017 (próxima reunião da Comissão)

Comissão Executiva Unificada
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado

Encaminhamentos/decisões	Responsável	Data
3. Fazer levantamento de normas necessárias para agilizar/facilitar/regulamentar/ajustar pontos importantes no âmbito das Câmaras Temáticas (Demanda da Casa Civil para auxiliar na viabilização das eventuais normatizações necessárias)	Integrantes das Câmaras Temáticas	16/05/2017 (próxima reunião da Comissão)
4. Apresentar quadro-síntese do status dos indicadores de resultado e de processo dos Planos	Membros	O DFCD elaborará quadro-síntese padrão e enviará com a antecedência necessária para preenchimento dos membros. Contudo, recomenda-se que os membros já iniciem o levantamento da situação dos indicadores.
5. Apresentação dos estados sobre ações estaduais de combate ao desmatamento, em especial PPCDs	Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal	16/05/2017 (próxima reunião da Comissão)
6. Fazer levantamento sobre suficiência de recursos orçamentários das linhas de ação dos Planos	Membros	O DFCD elaborará quadro-síntese padrão e enviará com a antecedência necessária para preenchimento dos membros. Contudo, recomenda-se que os membros já iniciem o levantamento da situação de suas ações e limitações envolvidas para implementação.
7. Fazer contribuições à minuta de Portaria para formalizar a Comissão	Membros	23/03/2017
8. Próxima Reunião da Comissão Executiva Unificada		16/05/2017

Brasília, 17 de março de 2017.

Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado
Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento
Ministério do Meio Ambiente